Memória Técnica da 20ª Reunião do GT-Integração (CT-PL)

Grupo de Trabalho:	GT-Integração (CT-PL)
Reunião:	20ª Reunião do GT-Integração de Ações das Câmara Técnicas
Data:	01/07/2026 (quarta-feira)
Local:	Reunião por videoconferência - Google Meet - Código da reunião: EGOUPUFRTI
Assuntos em discussão:	i. Participação dos Comitês PCJ na Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do Observatório da Governança das Águas (OGA); ii. Aprovação da memória técnica da 19ª Reunião do GT-Integração, realizada em 19/03/2026, por videoconferência; iii. Esclarecimentos sobre a Nota Técnica nº 06/2025 – Recomendações para boa condução das Reuniões das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; iv. Alteração da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, que dispõe do fluxo institucional e atribuições do GT-Empreendimentos;
Pauta:	i. Abertura; ii. Participação dos Comitês PCJ na Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do Observatório da Governança das Águas (OGA); ii.1. Apresentação "Os benefícios do monitoramento da governança das águas para segurança hídrica" – Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do OGA; ii.2. Apresentação "Tutorial para inserção de dados na Plataforma OGA"; ii.3. Decisão prévia dos Coordenadores das Câmaras Técnicas quanto à adesão dos Comitês PCJ à Plataforma OGA; iii. Aprovação da memória técnica da 19ª Reunião do GT-Integração, realizada em 19/03/2026, por videoconferência; iv. Esclarecimentos sobre a Nota Técnica nº 06/2025 – Recomendações para boa condução das Reuniões das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; v. Alteração da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, que dispõe do fluxo institucional e atribuições do GT-Empreendimentos; vi. Informes; vii. Encerramento.
Conclusões e Encaminhamentos:	Sobre o item ii da pauta, referente à participação dos Comitês PCJ na Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do Observatório da Governança das Águas (OGA), o Sr. Denis Silva, coordenador do GT-Integração, abriu os trabalhos destacando que a Agência das Bacias PCJ já realizou sua adesão à plataforma, e que o objetivo atual era promover a adesão dos Comitês PCJ como colegiado. Passou a palavra ao Sr. Ângelo Lima, coordenador do programa de Monitoramento da Governança Hídrica do OGA, para apresentação da plataforma. O Sr. Ângelo Lima explicou que o OGA é uma rede criada em 2014, composta por 67 instituições e 27 pesquisadores, com o objetivo de monitorar a governança das águas no Brasil. Destacou que a segurança hídrica exige instituições sólidas e coordenação eficaz entre setores, e que o monitoramento da governança permite identificar lacunas institucionais e fortalecer decisões estratégicas. Informou que a plataforma digital, lançada após mais de 100 reuniões de construção coletiva com membros de comitês de bacias, substituiu o antigo protocolo em planilha Excel e está organizada em cinco dimensões: ambiente legal, capacidades estatais, instrumentos de gestão, relação Estado-sociedade e relações intergovernamentais, totalizando 55 indicadores. O Sr. Ângelo Lima apresentou os benefícios da plataforma, entre eles a possibilidade de coleta individual ou coletiva dos indicadores, a existência de glossário integrado (academia) para esclarecimento de termos técnicos, a geração automática de médias entre respondentes, a disponibilidade de planos de ação

	sugeridos para superação de lacunas de governança e a possibilidade de intercâmbio entre comitês aderentes. Esclareceu que não há custo financeiro para adesão dos comitês, apenas o investimento de tempo dos membros na coleta dos dados. Informou que, atualmente, 32 comitês de bacias e a Agência das Bacias PCJ já aderiram ao monitoramento. O Sr. Gean Barrilli, da Coordenação de Gestão da Fundação Agência das Bacias PCJ, complementou a apresentação demonstrando funcionalidades da plataforma, incluindo a visualização de resultados por dimensão e a lista de participantes que preencheram os indicadores por esfera de representação. O Sr. Sergio Razera, Diretor-Presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, manifestou apoio à adesão dos Comitês PCJ à plataforma, destacando sua importância para diagnóstico institucional e planejamento de melhorias na governança. Ressaltou que a nota final não deve ser motivo de preocupação, pois o objetivo é identificar oportunidades de aperfeiçoamento, e não julgar o desempenho do colegiado. Sugeriu que a coleta seja feita por representantes dos três segmentos (poder público, sociedade civil e usuários), garantindo diversidade de perspectivas. O Sr. Miguel Milinski questionou sobre a possibilidade de distorção nos resultados devido à diferença de conhecimento entre membros antigos e novos. O Sr. Ângelo Lima respondeu que a plataforma permite diferentes configurações de coleta, sendo decisão soberana do comitê definir quem serão os respondentes, recomendando-se representação tripartite e número mínimo de nove membros. O Sr. Denis Silva esclareceu que, inicialmente, a coleta será realizada por coordenadores e coordenadores-adjuntos das Câmaras Técnicas, com possibilidade de ampliação futura. O Sr. João José Demarchi (AAP) manifestou satisfação com o avanço da agenda de monitoramento, lembrando discussões semelhantes iniciadas em 2019 no GT-Indicadores. Destacou a importância de ferramentas que auxiliem na tomada de decisão mais certeira, especialmente em comitês complexos como os PCJ, e relacionou a iniciativa com a atualização da Política de Mananciais, que também prevê monitoramento de processos e resultados. O Sr. Mateus Arantes sugeriu a criação de perfis diferenciados na plataforma (coordenador, membro comum) para capturar diagnósticos em diferentes níveis de conhecimento. O Sr. Ângelo Lima informou que a plataforma não possui essa funcionalidade no momento, mas que a diversidade de respondentes é essencial para retratar a realidade do comitê. O Sr. Miguel Milinski indagou sobre acesso aos resultados de outros comitês e sobre existência de custos financeiros. O Sr. Ângelo Lima esclareceu que, atualmente, cada comitê visualiza apenas seus próprios resultados, e que não há taxa de adesão ao monitoramento, embora o OGA dependa de recursos externos para sua manutenção. Ao final das manifestações, o Sr. Denis Silva submeteu à apreciação dos coordenadores das Câmaras Técnicas a proposta de adesão dos Comitês PCJ à Plataforma OGA. Não havendo manifestações contrárias, ficou encaminhado que o tema será levado à apreciação da CT-PL e, posteriormente, aos Plenários dos Comitês PCJ para deliberação formal. Sobre o item iii da pauta, foi apreciada e aprovada por unanimidade a memória técnica da 19ª Reunião do GT-Integração, realizada em 19/03/2026, por videoconferência. Sobre o item iv da pauta, a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, apresentou esclarecimentos sobre a Nota Técnica nº 06/2025, que estabelece recomendações para boa condução das reuniões das Câmaras Técnicas. Explicou que o documento consolida diretrizes sobre pauta de reuniões, vedação de divulgação de cursos pagos, prudência com propostas comerciais, conflitos de interesse, parcerias e patrocínios, participação em eventos externos, convites a palestrantes, visitas técnicas e recebimento de ofícios e notificações do Ministério Público. A Sra. Tainá Moura destacou que as Câmaras

	Técnicas não possuem personalidade jurídica para firmar parcerias externas, devendo propostas ser encaminhadas previamente à Secretaria Executiva para análise. Informou que é vedada a contratação ou remuneração de palestrantes, sendo permitido apenas o custeio de deslocamento, alimentação e hospedagem quando autorizado. Esclareceu que visitas técnicas devem ocorrer após o encerramento das reuniões, sem previsão de recursos para locação de ônibus ou custeio de participantes. A Sra. Tainá Moura reforçou que ofícios e notificações do Ministério Público devem ser imediatamente retransmitidos à Secretaria Executiva, sendo vedado o envio de respostas diretas pelas coordenações das Câmaras Técnicas, uma vez que a competência de emissão de respostas oficiais é exclusiva da Secretaria Executiva, validada pelo Secretário Executivo. O Sr. Denis Silva complementou destacando que o regimento dos Comitês PCJ atribui à Diretoria Colegiada, da qual o Secretário Executivo faz parte, a competência para representar oficialmente os Comitês PCJ. Recomendou que eventuais ofícios endereçados às Câmaras Técnicas sejam retransmitidos à Secretaria Executiva para elaboração de resposta técnica articulada com a Agência das Bacias PCJ. Sobre o item v da pauta, o Sr. Gabriel Sobreira, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, apresentou proposta de alteração da Deliberação dos Comitês PCJ nº 116/11, que dispõe sobre o fluxo institucional e atribuições do GT-Empreendimentos. Explicou que a motivação para a alteração decorreu de demanda recebida de município para análise de empreendimento sem organização documental adequada, somada ao aumento de convênios entre municípios e a CETESB para licenciamento ambiental de empreendimentos de baixo e médio impacto. O Sr. Gabriel Sobreira informou que a Deliberação nº 116/11 estabelece que apenas pareceres conclusivos do GT-Empreendimentos devem ser ratificados pelo Plenário, o que tem resultado em análises sem encerramento formal, uma vez que a maioria dos empreendimentos recebe pareceres com recomendações em aberto. Propôs a elaboração de nova deliberação que: (i) ratifique todos os pareceres emitidos pelo GT-Empreendimentos até a presente data que não foram submetidos ao Plenário; (ii) delegue ao GT a emissão de pareceres técnicos, sem necessidade de ratificação pelo Plenário; e (iii) estabeleça que a Secretaria Executiva apresente os pareceres emitidos nas reuniões subsequentes da CT-PL para ciência e acompanhamento. O Sr. Gabriel Sobreira apresentou fluxo de análise de empreendimentos em anexo à proposta, mantendo a obrigatoriedade de estudos ambientais, relatório de impacto e apresentação do empreendedor ao GT. Esclareceu que demandas de municípios conveniados com a CETESB seguirão o mesmo rito das análises solicitadas pela autarquia estadual. A Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (ASSEMAE/CT-EA) manifestou preocupação com a efetividade das recomendações dos pareceres, especialmente no que se refere a programas de educação ambiental, que frequentemente não recebem retorno da CETESB. Sugeriu que a nova deliberação preveja mecanismo de acompanhamento e devolutiva sobre o atendimento das recomendações. O Sr. Miguel Milinski questionou sobre o cumprimento de prazos estabelecidos pela CETESB para análise de empreendimentos, considerando o novo fluxo proposto. A Sra. Vanessa Longato, Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos, esclareceu que a alteração visa resguardar institucionalmente os Comitês PCJ em situações de licenciamento municipal, e que a CETESB mantém a competência de fiscalização sobre municípios conveniados. O Sr. João José Demarchi (AAP) manifestou preocupação com a redução do número de empreendimentos analisados pelos Comitês PCJ, destacando a importância da visão sistêmica na avaliação de impactos cumulativos em bacias hidrográficas. Sugeriu que o GT-Empreendimentos considere, nas análises, o conjunto de empreendimentos já aprovados

Memória Técnica da 20ª Reunião do GT-Integração (CT-PL)

	na bacia ou sub-bacia, evitando decisões fragmentadas. A Sra. Vanessa Longato informou que a compatibilização de empreendimentos com o Plano de Bacias PCJ é realizada com base nos dados disponíveis no Sistema de Suporte à Decisão (SSD), e que não há mecanismos adicionais para análise de impactos cumulativos no momento. O Sr. Denis Silva submeteu o tema à discussão do GT-Integração, ficando encaminhado que as propostas de deliberação serão apreciadas na próxima reunião da CT-PL e, posteriormente, nos Plenários dos Comitês PCJ. Encerrou-se a reunião.
Observações:	Plataforma de Monitoramento da Governança Hídrica do OGA; Nota Técnica nº 06/2025: disponível no site dos Comitês PCJ, menu "Documentos" > "Notas Técnicas".
Responsável pela redação:	Equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

PARTICIPANTES			
1	Adriana Sacioto Marcantonio (APTA/SAA)	16	Jorge Antonio Mercanti (CIESP - DR Campinas)
2	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira (ASSEMAE)	17	Katia Gotardi (Agência das Bacias PCJ)
3	Ângelo Lima (Observatório das Águas)	18	Luís Filipe Rodrigues (ASSEMAE)
4	Ariana Rosa Bueno Damiano (SP-Águas)	19	Mateus Bento Batista Arantes (P.M. de Jundiaí)
5	Cassiana Maria Reganhan Coneglian (UNICAMP-FT)	20	Melissa Pin Lucheti (SAA)
6	Cláudia Debroi de Campos (P.M. de Jundiaí)	21	Miguel Madalena Milinksi (AAMHOR)
7	Daniel Ramos (Agência das Bacias PCJ)	22	Nathalia Corá (Agência das Bacias PCJ)
8	Deborah do Valle Nuvens Lunardi (SP-Águas)	23	Priscila Ávila (Agência das Bacias PCJ)
9	Denis Herisson da Silva (SAA)	24	Raquel Eliana Metzner (IPSA-C)
10	Duarcides Ferreira Mariosa (Ass. Ambiental Plantar)	25	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza (ABES-SP)
11	Gabriel Sobreira (Agência das Bacias PCJ)	26	Sergio Razera (Agência das Bacias PCJ)
12	Gean Barrilli (Agência das Bacias PCJ)	27	Tadeu Fabrício Malheiros (USP)
13	Gustavo Arthur Mechlin Prado (ASSEMAE)	28	Tainá Moura (Agência das Bacias PCJ)
14	João José A. de A. Demarchi (Ass. Ambiental Plantar)	29	Thamiris Cardoso (Agência das Bacias PCJ)
15	João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro)	30	Vanessa Longato (Agência das Bacias PCJ)